

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS, IMOBILIÁRIAS
E ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

ANTONIO PAULO PEREIRA DOS SANTOS JÚNIOR

**O CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS
BRASILEIRAS NA PERSPECTIVA DO ENADE E DO EXAME DE SUFICIÊNCIA**

São Luís
2019

ANTONIO PAULO PEREIRA DOS SANTOS JÚNIOR

**O CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS
BRASILEIRAS NA PERSPECTIVA DO ENADE E DO EXAME DE SUFICIÊNCIA**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Eugênia Rodrigues Araújo

São Luís

2019

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

SANTOS JÚNIOR, ANTONIO PAULO PEREIRA DOS.
O CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS NAS UNIVERSIDADES
FEDERAIS BRASILEIRAS NA PERSPECTIVA DO ENADE E DO EXAME DE
SUFICIÊNCIA / ANTONIO PAULO PEREIRA DOS SANTOS JÚNIOR. - 2019.
56 f.

Orientador(a): MARIA EUGÊNIA RODRIGUES ARAÚJO.
Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade
Federal do Maranhão, SÃO LUÍS, 2019.

1. Diretrizes Curriculares Nacionais. 2. Enade. 3. Exame de
Suficiência. 4. Universidade Federal. I. ARAÚJO, MARIA EUGÊNIA
RODRIGUES. II. Título.

ANTONIO PAULO PEREIRA DOS SANTOS JÚNIOR

**O CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS
BRASILEIRAS NA PERSPECTIVA DO ENADE E DO EXAME DE SUFICIÊNCIA**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Eugênia Rodrigues Araújo

Aprovada em: 04/12/2019

Nota: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Maria Eugênia Rodrigues Araújo (Orientadora)

Prof.^a Dr.^a Me.^a Poliane Mendes Goncalves Chagas

Prof. Dr. Me. Francisco Gilvan Lima Moreira

A Deus, meu fiel e bom amigo por sua companhia em todos os momentos.

A meus pais, razão da minha vida, luta e humildade.

A minha amada esposa, pelo incentivo, amor e companheirismo incondicional.

Ao meu filho amado pelo acalento de seu abraço e sorriso.

Aos meus irmãos e sobrinho, pelas alegrias compartilhadas.

Aos amigos pelo apoio.

AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte da vida, inspiração e sabedoria, minha força maior, pois é Ele que me sustenta nas minhas fraquezas sendo meu fiel amigo.

Agradecer somente a algumas pessoas por tudo que fizeram seria difícil, já que este trabalho representa uma construção coletiva. Foram muitos os companheiros, professores, amigos e familiares que, direta ou indiretamente, contribuíram para que este trabalho se tornasse uma realidade. Assim, me parece injusto citar alguns e esquecer-me de outros, mas tentarei lembrar-me de todos.

Aos meus amados pais, para os quais todas as palavras não exprimiriam o meu imenso amor e eterna gratidão. Ao meu pai Antonio Paulo, de quem recebi o nome, por ter me dado a oportunidade de nascer e crescer. À minha mãe Helena, mulher guerreira, exemplo de vida e superação, àquela a quem dedico não somente este trabalho, mas a vida por tudo que és para mim, ela é meu grande exemplo de perseverança. Obrigado pelos muitos conselhos que hoje formaram o homem que sou. AMO VOCÊS!!!!

Aos meus irmãos amados, Jônathas, Fernando e Eduardo, companheiros na vida e nas superações de muitas dificuldades que enfrentamos, mas que juntos superamos e vencemos. Obrigado pelo apoio e compreensão.

À minha cunhada, Juliana, ao meu sobrinho querido, João Arthur, pela doçura e afeto.

À minha esposa amada, Lia Raquel, com quem compartilho esta conquista que representa nossa luta e vitória. Com ela aprendi a sonhar e construir uma vida nova. Ao meu amado filho, Guilherme, que mesmo sem saber inspira-me no sonho de acreditar em dias melhores. Com ele tentava descontrair nos momentos de grande tensão, quando ele com seu olhar inocente dizia: “Vem papai, brincar”. Te amo meu filho.

Aos meus sogros, Fernando e Damiana, e ao meu único cunhado, Thiago, e também sua esposa, Noeme, vocês são pessoas importantes neste momento de felicidade e na minha vida.

À toda turma do curso de Ciências Contábeis 2016.1, pelo companheirismo com que dispensavam nesta nossa árdua jornada e, em especial ao irmão-amigo Moisaníel e às companheiras e companheiros inesquecíveis: Deborah, Thamiris,

Mayara Cristina, Helena e Ray que caminharam comigo e que em muitos momentos difíceis deste curso foram mais do que companheiros e companheiras, foram conselheiros e amigos. Obrigado, por caminharem comigo e fazerem parte de minha trajetória. Vocês são vencedores!!!

Aos irmãos de minha congregação, pelas orações e palavras animadoras nos momentos certos, e pela compreensão com aceitavam minha ausência nos trabalhos dominicais.

Aos companheiros de trabalho da U. E. B. Jornalista Neiva Moreira, pelas trocas de conhecimentos em nossas rodas de conversas. Aos colegas da Secretária de Educação do Município de Paço Lumiar, com quem partilhei muitos saberes adquiridos no curso.

À minha orientadora, Maria Eugênia, obrigado estimada professora por sua orientação e dedicação em todo o processo de elaboração deste trabalho. Dedico-lhe este trabalho, pois ele é fruto do seu constante esforço e simpatia com que me acolheu quando não mais acreditava que a defesa desse trabalho seria possível.

A todos os professores do curso de Ciências Contábeis da UFMA, por terem contribuído com a minha formação. Vocês foram essenciais para que cada página fosse escrita. Em particular a professora Telma Chaves, a quem recorri em momentos difíceis; ao professor Gilvan, que me ajudou no início desta construção.

Por fim, agradeço a todos que contribuíram para a realização deste trabalho e partilharam os meus sonhos como se fossem seus. OBRIGADO!!!

*“A mente que se abre a uma nova ideia
jamais voltará ao seu tamanho original.”*

Albert Einstein

RESUMO

O Exame de Suficiência Contábil e o Enade são exames que servem de instrumentos de avaliação dos cursos de Ciências Contábeis ofertados pelas instituições de ensino superior brasileiras. Diante disso, objetivou-se analisar se há associação entre os resultados do Exame de Suficiência Contábil e do Enade dos cursos superiores em Ciências Contábeis das universidades federais brasileiras. Utilizaram os dados disponibilizados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), no que tange aos resultados no exame de suficiência 2017 e 2018 e os conceitos do ENADE 2018 atribuídos aos cursos das universidades federais. Utilizou-se como metodologia a análise de conteúdo para interpretar e significar os dados coletados, e a análise descritiva-explicativa por possibilitar a identificação dos cursos com maiores resultados no Exame de Suficiência Contábil e no Enade, classificando-os por conceito, estado e região. Os dados apontam que média de aprovação das universidades federais com conceito 5 no Exame de Suficiência é de 79%, e as que possuem conceito 2 possuem média de aprovação de 38% dos seus candidatos inscritos. Através dos resultados obtidos, observa-se que há uma associação entre os resultados do Exame de Suficiência Contábil e do Enade dos cursos superiores em Ciências Contábeis das universidades federais

Palavras-chave: Diretrizes Curriculares Nacionais. Exame de Suficiência. Enade. Universidade Federal.

ABSTRACT

The Accounting Sufficiency Exam and Enade are exams that serve as instruments of evaluation of the Accounting Science courses offered by Brazilian higher education institutions. Given this, the objective was to analyze if there is an association between the results of the Accounting Sufficiency Examination and the Enade of higher education courses in Accounting at Brazilian federal universities. They used the data provided by the Federal Accounting Council (CFC) regarding the results in the 2017 and 2018 sufficiency exam and the concepts of ENADE 2018 attributed to the courses of the federal universities. The methodology used was content analysis to interpret and signify the collected data, and descriptive-explanatory analysis to enable the identification of the courses with the highest results in the Accounting Sufficiency Exam and Enade, classifying them by concept, state and region. The data indicate that the average approval of the federal universities with concept 5 in the Sufficiency Exam is 79%, and those with concept 2 have an average approval of 38% of their registered candidates. Through the obtained results, it is observed that there is an association between the results of the Accounting Sufficiency Exam and the Enade of the accounting courses of the federal universities.

Keywords: National Curriculum Guidelines. Sufficiency Exam. Enade. Federal University.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

	p.
Quadro A – Principais acontecimentos históricos relacionados com o curso de Ciências Contábeis no Brasil	18
Quadro B – Campos interligados de formação	21
Tabela 01 – Número de matrículas no curso Ciências Contábeis	23
Quadro C – Comparativo dos Conteúdos Programáticos definidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Ciências Contábeis e pelas Resoluções do CFC nº 853/1999 e nº 1.486/2015	28
Tabela 02 – Dados de aprovação e reprovação por edição do Exame	29
Quadro D – Ciclo avaliativo do Enade	33
Tabela 03 – Total de Cursos de Ciências Contábeis do país	39
Gráfico 01 – Classificação dos cursos de Ciências Contábeis das Universidades Federais por conceito	40
Gráfico 02 – Distribuição dos cursos de Ciências Contábeis das Universidades Federais por região	41
Tabela 04 – Conceito do Enade 2018 por região	41
Tabela 05 – Total de aprovados no Exame nas edições 2017.1, 2017.2, 2018.1 e 2018.2	42
Tabela 06 – Total de aprovados das IFES por exame	42
Tabela 07 – Percentual de candidatos Presentes, Aprovados e Reprovados das universidades federais em relação aos dados gerais do Exame em 2017 e 2018	43
Tabela 08 – Aprovação dos cursos das universidades federais no Exame por Região no período 2017 e 2018	43
Gráfico 03 – Porcentual de aprovados no Exame por Região no período 2017 e 2018	44
Tabela 09 – Média de aprovação das universidades federais no Exame CFC em 2017 e 2018 por Conceito do Enade	45
Tabela 10 – Percentual de aprovação dos cursos das universidades federais no Exame por Região e conceito	45

LISTA DE SIGLAS

CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CI	Conceito Institucional
CONAES	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CPA	Coordenada pela Comissão Própria de Avaliação
CPC	Conceito Preliminar de Curso
CRC	Conselho Regional de Contabilidade
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
IASB	International Accounting Standards Board
IDD	Indicador de Diferença entre os Desempenhos Esperado e Observado
IES	Instituições de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IGC	Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MEC	Ministério da Educação
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	12
2.	A EVOLUÇÃO DOS CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS NO BRASIL.....	15
3.	DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DOS CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS.....	20
4.	O EXAME DE SUFICIÊNCIA CONTÁBIL	25
5.	INDICADORES DE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E O ENADE.....	31
5.1.	O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes	33
6.	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	36
7.	ANÁLISE DOS DADOS.....	39
7.1.	Análise do Conceito do Enade.....	39
7.2.	Análise dos resultados do Exame de Suficiência Contábil.....	42
7.3.	Resultados.....	45
8.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
	REFERÊNCIAS.....	49
	APÊNDICES.....	53

1. INTRODUÇÃO

A educação superior se depara ao longo dos últimos anos com o crescente surgimento de novas instituições de ensino e, por consequência, um número maior profissionais com nível superior, o que tem gerado a necessidade se ter instrumentos que possam de alguma maneira avaliar o resultado da formação de estudantes em ciências contábeis.

Para as Instituições de Ensino Superior (IES) a política de avaliação do Ministério da Educação – MEC, realiza o Enade, envolvendo todos os cursos de ensino superior, em que se destaca neste estudo o Curso Bacharel em Ciências Contábeis. Após esse processo o estudante também se depara no âmbito profissional, com o Exame de Suficiência, desenvolvido pelo Conselho Federal de Contabilidade, para avaliar e conceder o direito de exercer a profissão de contador. Diante dessas avaliações cabe a preocupação das IES em fomentar um ensino de contabilidade que possibilite o sucesso institucional e estudantil para o exercício profissional.

Nesse cenário de formação, o Brasil conta com duas naturezas de educação superior contábil. A primeira totalmente financiada por recursos públicos e a segunda por recursos particulares adicionado algum recurso público. Tal diferença, acredita-se influenciar na formação profissional, face aspectos estruturais e acadêmicos o que desperta interesse nesta monografia em focalizar a vertente das IES com recursos 100% (cem por cento) público, as denominadas IFES – Instituições Federais de Ensino Superior.

Desse modo se desenvolve esta monografia sobre a temática **O curso de Ciências Contábeis nas universidades federais brasileiras na perspectiva do Enade e do Exame de Suficiência**, por acreditar que seja possível estabelecer uma relação entre o resultado desses exames e a partir dos mesmos contribuir para práticas educacionais com melhor qualidade.

Contudo, em levantamento realizado em sites de pesquisa, CAPES; Scielo; Google acadêmico, e publicações do CFC, não foram identificadas pesquisas na mesma perspectiva que enfatiza conhecimento amplo sobre os cursos de Ciências Contábeis nas IFES e sobre o quantitativo das mesmas por região e a implicação do conceito do ENADE atribuído a essas instituições.

Nessa perspectiva, vê-se como uma lacuna nas pesquisas realizadas em temáticas próximas, uma vez que o conhecimento sobre informação que relacione a demanda do ENADE com a demanda do exame de suficiência ainda não tenha sido objeto de estudo de acordo com os levantamentos das pesquisas realizadas. Desse modo, identifica-se uma situação problema que busca-se responder o seguinte questionamento: **Quais aspectos podem ser estabelecidos entre aos resultados apresentados pelo ENADE, confrontados com os resultados do exame de suficiência?**

Para responder à questão de pesquisa, define-se como objetivo geral: Verificar se há associação entre os resultados do Exame de Suficiência Contábil e do Enade dos cursos superiores em Ciências Contábeis das universidades federais. E como objetivos específicos os abaixo identificados

- Verificar a evolução dos cursos de Ciências Contábeis no Brasil;
- Identificar as características das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Ciências Contábeis;
- Conhecer o Exame de Suficiência Contábil e o Enade como demanda para os estudantes de Ciências Contábeis;
- Relacionar os resultados obtidos no Exame de Suficiência Contábil e no Enade dos cursos de Ciências Contábeis das universidades federais.

Desse modo justifica-se esta monografia, pela exigência quanto ao resultado do exame ENADE, aliado ao resultado do Exame de Suficiência servirem de termômetro para definir quantitativo de profissionais e condições técnicas, oferecidas pelas IFES ao mercado. Essas variáveis decorrem da estrutura de ensino e formação ofertada, prevista pela Diretrizes Curriculares Nacionais, contidas na Resolução CNE/CES 10/ 2004.

Por outro lado, o profissional formado em Ciências Contábeis, para exercer a função de contador deverá obter o registro no órgão de classe, ou seja, no Conselho Regional de Contabilidade (CRC). Para tanto, se faz necessário a submissão e aprovação deste profissional no Exame de Suficiência Contábil realizado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que visa garantir que os profissionais egressos das IES tenham condições técnicas mínimas para atuarem no mercado de trabalho.

Nesse sentido, acredita-se que essa monografia possa contribuir com informações sobre o quantitativo de candidatos egressos das IFES, identificados aptos a atuarem no mercado uma vez que essa informação contribui para renovar uma política de ensino.

A metodologia utilizada para realização da pesquisa classifica-se como descritiva-explicativa quanto aos objetivos, pois visa descrever as características de determinada população ou fenômeno, além de identificar os fatores que o determinam. Trata-se, também, de uma pesquisa qualitativa quanto à abordagem. Empregou-se a pesquisa documental como técnica de pesquisa, pois buscaram-se os resultados do Exame de Suficiência Contábil 2017 e 2018 e do Enade 2018 em seus respectivos sítios eletrônicos. Para fins de procedimento de análise elaborou-se as tabelas e gráficos com dados do Exame de Suficiência Contábil e do Enade a fim confrontar com seus resultados do exame.

A presente monografia se estrutura em 8 capítulos. O primeiro capítulo diz respeito à introdução na qual apresentam-se aspectos gerais do estudo. O segundo capítulo apresenta a evolução dos cursos de Ciências Contábeis no Brasil, destacando a criação dos primeiros cursos de Ciências Contábeis, a regulamentação da profissão de contábil, assim a Criação do Conselho Federal de Contabilidade e do Conselhos Regionais pelo Decreto Nº 20.158/31.

O terceiro capítulo aborda a criação da Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis. O quarto aborda o Exame de Suficiência como política de formação do CFC, apresentando os principais conteúdos avaliados no Exame de Suficiência e os resultados obtidos ao longo de suas edições.

O quinto capítulo apresenta os indicadores de qualidade da educação superior e o Enade, evidenciando o Enade como meio de avaliar os cursos das instituições de ensino superior. O sexto capítulo apresenta a metodologia adotada. O sétimo capítulo expõe a análise e resultados da pesquisa. O oitavo capítulo traz a conclusão e, por fim, são apresentadas as referências utilizadas ao longo do trabalho.

2. A EVOLUÇÃO DOS CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS NO BRASIL

O Ensino Superior no Brasil remonta à fase colonial, quando da instalação pelos jesuítas do primeiro estabelecimento para este fim, em 1550, na Bahia sede do governo-geral (CARNEIRO et al., 2017). Entretanto, este processo de implantação de Universidades no Brasil não ocorreu de modo simples, pois isto não era de interesse de Portugal, o que provocou seu surgimento de maneira isolada até o século XIX.

Segundo Carneiro (2017, pág. 15), o surgimento do ensino superior no Brasil no início do século XIX, é motivado por “interesses utilitários e imediatistas, sem nenhuma preocupação com modelo de ensino”. Neste período, mesmo com a emancipação política em 1822, o ensino superior não passou a ser alvo de interesse do governo brasileiro pós-colônia, dadas as características socioeconômicas do Brasil nesta fase. Segundo Carneiro (2017), a sociedade brasileira era marcada na economia pela exportação de produtos, na vida urbana por poucos núcleos de assentamento – tradicionais e/ou decadentes – por alguns centros administrativos e exportadores. Ainda assim, é nesse período que teve origem os dois cursos de Direito, o de São Paulo e de Olinda em 1827.

O ensino superior teve um crescimento vertiginoso durante o período de 1891 a 1910, quando foram criadas 27 escolas superiores no Brasil, o que permitiu a facilitação de acesso ao Ensino Superior. Destaca-se a criação da primeira universidade brasileira com o nome propriamente de universidade, foi a Universidade de Manaus em 1909. Ela foi criada para atender ao curto período de desenvolvimento e de prosperidade econômica ocasionada pela exploração da borracha naquele estado e teve como iniciativa grupos privados, porém com o fim desta prosperidade, em 1926, ela foi fechada resultando apenas a Faculdade de Direito. (LOPES, 2000)

E em 1911 houve a criação da universidade de São Paulo, a primeira de caráter particular, entretanto por ser financeiramente inviável sua manutenção foi extinta em 1917 (CARNEIRO et al., 2017). Mas é somente em 1920 que é criada a primeira universidade do Brasil com ato legal conferido pelo Presidente da República, por meio do Congresso Nacional, no Rio de Janeiro.

No governo de Getúlio Vargas verifica-se a existência no Brasil de cinco universidades, e dezenas de faculdades isoladas (CARNEIRO et al., 2017), que são

a Universidade do Rio de Janeiro (1920), que passou a chamar-se Universidade do Brasil (1937), a Universidade de Minas Gerais, a Universidade do Rio Grande do Sul (1934) e a Universidade de São Paulo (1934), além destas destaca-se a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, que foi primeira Universidade particular.

Já no que se refere a história da Contabilidade no Brasil, tem como marco a chegada da Família Real em 1808 (BACCI, 2002). Nesta época, o então Rei de Portugal, João VI, determinou a adoção do sistema de partidas dobradas objetivando o melhor controle de seus bens, e instituiu formalmente as Aulas de Comércio e o Instituto Comercial do Rio de Janeiro.

No ano seguinte, em 1809, através do Alvará de 15 de julho, é oficializado as Aulas de Comércio no Brasil, com nomeação de José da Silva Lisboa intitulado de Visconde de Cairu, que se torna o primeiro professor de Contabilidade no Brasil. As aulas de Comércio antecederam os cursos de nível superior em contabilidade.

Em 1850 com a criação da Lei Nº 556, foi instituído pela Câmara o Código Comercial Brasileiro. Neste código houve a uniformização e harmonização da contabilidade instituindo a forma de escrituração e demonstrações contábeis. O Código Comercial Brasileiro tinha o intuito de regulamentar os procedimentos contábeis, exigindo das empresas a escrituração dos livros mostrando os fatos patrimoniais.

Essa importância do Código Comercial brasileiro para a Contabilidade é reafirmada por Schmidt (2000, p. 205), pois segundo ele:

Uma das primeiras manifestações da legislação, como elemento propulsor do desenvolvimento contábil brasileiro, foi o Código Comercial de 1.850. Esse Código instituiu a obrigatoriedade da escrituração contábil e da elaboração anual do Balanço Geral, composto dos bens, direitos e obrigações das empresas comerciais.

Romanowski e Pinto (2014) indicam que foi com o fortalecimento do regime monárquico constitucional, no final do século XIX, que ocorreu a expansão do ensino comercial, associada principalmente ao crescimento econômico, aumento da produtividade, expansão cafeeira, imigração europeia, além do crescente processo de urbanização e a dinamização do mercado interno no Centro-Sul, bem como mudança nas concepções em torno das relações comerciais. Assim, este cenário favoreceu para que o Brasil progredisse no cenário econômico brasileiro e internacional.

Segundo Celso Furtado (1982, p.116), a economia brasileira por volta de 1870, colocava o café como produto em expansão dentro do comércio mundial. E este contexto de mudanças de ordem social, econômica e política delineou novos modelos de organização e formação, que rompia com a economia do império que, segundo Furtado (1982), fundamentava-se no patriarcado e era dirigida por homens de espírito puramente ruralista. Portanto, a partir do exposto, observa-se que a transição do regime trouxe resultados vantajosos para a sociedade da época, inclusive no caráter formativo da época, principalmente no que se refere às áreas voltadas para o comércio.

É a partir deste movimento de vanguarda que houve a criação das academias do comércio, sendo a primeira a de Juiz de Fora, em Minas Gerais, em 30 de março de 1891.

Mas foi somente em 1931, com o Decreto Nº 20.158, que criava o curso de técnico em contabilidade, que houve a regulamentação da profissão contábil no Brasil. Entretanto, neste período ainda não havia graduação do Bacharel em Ciências Contábeis (MARION e ROBLES, 1998), o que só ocorreu em 1945, com o Decreto de Lei Nº 7.988, que instituía o curso de Ciências Contábeis e Atuarias.

E este Decreto de Lei Nº 7.988, no artigo 7º, fez as seguintes alterações quanto ao ensino de contabilidade:

Art. 7º A Faculdade Nacional de Política e Economia, criada, na Universidade do Brasil, pela Lei nº 452, de 5 de julho de 1937, passa a denominar-se Faculdade Nacional de Ciências Econômicas, e funcionará como um centro nacional de ensino, em grau superior, de ciências econômicas e de ciências contábeis e atuarias, e bem assim de estudos e pesquisas nesses ramos dos conhecimentos científicos e técnicos.

Art. 9º Ficam extintos a partir do ano escolar de 1946, o curso superior de administração e finanças e o curso de atuário, de que trata o Decreto nº 20.158, de 30 de julho de 1931.

Como observado na citação acima é na Universidade do Brasil, no Rio Janeiro, que surge o centro nacional de ensino que ofertava os primeiros Cursos de Ciências Econômicas e de Ciências Contábeis e Atuarias.

E em 1946, pelo Decreto Lei Nº 9.295 de 27 de maio, com o objetivo de fiscalizar e reger o exercício da profissão contábil, foram criados o Conselho Federal de Contabilidade e o Conselho Regional de Contabilidade (BRASIL, 1946).

Além destes fatos históricos relacionados diretamente com a profissão contábil e o ensino da contabilidade, destaca-se a modernização da legislação como a criação

da Lei nº 6.404 em 1976, que trouxe normativos importantes sobre as sociedades anônimas.

Esta lei vigora até a atualidade, entretanto “a parte contábil alterou-se pela Lei nº 11.638 de 2007, e a Lei nº 11.941/09, colocando o Brasil no rol de mais de 150 países adotantes das normas internacionais de Contabilidade.” (CARNEIRO et al., 2017, p. 22).

Outro marco apontado por Carneiro et al. (2017) foi o movimento de convergência da contabilidade brasileira às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

. Este movimento se iniciou com a aprovação da Resolução CFC nº 1.055 de 2005, a qual criava o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – cuja a finalidade é o estudo, preparo, emissão de Pronunciamentos Técnicos e sua divulgação.

Tais atos legais e normativos contribuíram para importantes modificações no ensino e na prática contábil, como o estabelecimento de diretrizes curriculares para os cursos de Ciências Contábeis e a instituição de um Exame de qualificação profissional, o que influencia em maior qualificação e valorização do profissional contábil.

Além disso, destaca-se como marco para o ensino da Contabilidade a criação da Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis. Essas Diretrizes Curriculares apresentam os principais conteúdos a serem abordados nestes cursos, assim como apresenta, em linhas gerais, o perfil profissional esperado para o formando, em se tratando de competências e habilidades mínimas para exercer a função de contador. O próximo capítulo comentará mais especificamente sobre essas diretrizes.

Quadro A- Principais acontecimentos históricos relacionados com o curso de Ciências Contábeis no Brasil

Ano	Evento
1550	Implantação pelos jesuítas do primeiro estabelecimento com a finalidade de ofertar educação superior
1809	Oficialização da Aulas de Comércio no Brasil, com a nomeação de José da Silva Lisboa
1827	Abertura do curso de Direito em São Paulo e Olinda

1850	Instituição do Código Comercial Brasileira
1891	Criação das academias de comércio em Juiz de Fora, Minas Gerais
1909	Criação da Universidade de Manaus
1911	Criação da primeira universidade particular do Brasil no estado de São Paulo
1920	Criação da primeira universidade pública do Brasil com ato legal pelo presidente da República, no estado do Rio de Janeiro
1931	Criação do curso de contabilidade pelo Decreto nº 20.158 e regulação da profissão contábil no Brasil
1945	Instituição do curso de Ciências Contábeis e Atuarias pela Lei nº 7.988
1946	Criação do Conselho Federal e Regional de Contabilidade pelo Decreto Lei nº 9.295
1976	Criação da Lei nº 6.404, que trata das Sociedades Anônimas
2005	Criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis pela Resolução do CFC nº 1.055
2004	Instituição das Diretrizes Curriculares para o curso de graduação em Ciências Contábeis, pela Resolução CNE/ CES nº 10

3. DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DOS CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

As Instituições de Ensino Superior (IES) para o seu funcionamento precisam ser credenciadas pelo Ministério da Educação (MEC) e seus cursos para funcionarem devem obedecer às Diretrizes Curriculares Nacionais, específicas de cada curso. E no que se refere ao profissional contábil, para o exercício da profissão de contador se faz necessária formação em bacharel de Ciências Contábeis em IES devidamente credenciada pelo MEC, além do registro profissional no Conselho Federal de Contabilidade (CFC) após aprovação no Exame de Suficiência Contábil.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis mencionada anteriormente, estabeleceram os aspectos que a organização curricular dos cursos de Ciências Contábeis por meio de seus Projetos Pedagógicos deve contemplar, conforme descrito a seguir (Resolução CNE/CES 10/2004):

a) Perfil do egresso: os artigos 3º e 4º aponta quais as capacidades, competências e habilidades que o curso devem desenvolver para que o estudante exerça a função contábil;

b) Conteúdos: o artigo 5º apresenta os conteúdos mínimos que o currículo das IES deve contemplar, observando o perfil do egresso, que atendam aos campos interligados à formação Básica (administração, economia, matemática, direito, estatística, entre outros), Profissional (estudos específicos atinentes às Teorias da Contabilidade) e Teórico-Prática (Estágio Curricular Supervisionado, Atividades Complementares, Estudos Independentes, Conteúdos Optativos e Prática em Laboratório de Informática);

c) Condições para conclusão e integralização curricular: o artigo 6º rege que a organização curricular deverá estabelecer as condições para a efetiva conclusão e integralização curricular do curso, que poderá ser optado pelo regime: seriado anual, seriado semestral, sistema de créditos, com matrícula por disciplina ou por módulos acadêmicos, com a adoção de pré-requisitos;

d) Estágio curricular supervisionado: o artigo 7º apresenta as informações sobre o estágio supervisionado, tratado na Resolução como um componente curricular, direcionado para a consolidação do desempenho profissional desejado;

e) Atividades complementares: o artigo 8º trata das atividades complementares como componente curricular que possibilite o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive as adquiridas fora do ambiente escolar, abrangendo atividades independentes, transversais, opcionais e outra;

f) Trabalho de conclusão de curso (TCC): no artigo 9º podem-se encontrar as abordagens sobre o TCC, que é opcional para a instituição, que pode ser desenvolvido nas modalidades de monografia, projeto de iniciação científica ou projetos de atividades centrados em áreas teórico-práticas e de formação profissional relacionadas com o curso;

g) Duração e carga horária: o artigo 10 esclarece que os cursos de graduação, bacharelado, terão suas cargas horárias e duração estabelecidas por Resolução da Câmara de Educação Superior do CNE. (Adaptação do autor da Resolução CNE/CES 10/2004, Diretrizes Curriculares para os Cursos de Ciências)

Assim, segundo essa Resolução, as IES devem contemplar em sua proposta pedagógica e seu currículo os conteúdos necessários para que o futuro profissional desenvolva competências e habilidades que possibilite o futuro profissional atuar e compreender o cenário econômico e financeiro, nacional e internacional, e normas e padrões internacionais de contabilidade. Esse perfil formativo busca atender a formação exigida pelas Nações Unidas e pelas peculiaridades das organizações governamentais, observado o perfil definido para o futuro profissional que atenda aos seguintes campos interligados de formação apresentados nas Diretrizes, conforme Quadro B:

Quadro B– Campos interligados de formação

Conteúdos de Formação Básica	Conteúdos de Formação Profissional	Conteúdos de Formação Teórico-Prática
estudos relacionados com outras áreas do conhecimento, sobretudo Administração, Economia, Direito, Métodos Quantitativos, Matemática e Estatística;	estudos específicos atinentes às Teorias da Contabilidade, incluindo as noções das atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais, governamentais e não-governamentais, de auditorias,	Estágio Curricular Supervisionado, Atividades Complementares, Estudos Independentes, Conteúdos Optativos, Prática em Laboratório de Informática utilizando softwares

	perícias, arbitragens e controladoria, com suas aplicações peculiares ao setor público e privado;	atualizados para Contabilidade
--	---	--------------------------------

Fonte: CNE, 2004

O conteúdo das Diretrizes Curriculares, harmoniza-se com a Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI (UNESCO, 1998) que apresenta como missão do Ensino Superior “contribuir para o desenvolvimento sustentável e o melhoramento da sociedade como um todo”. Deste modo, em consonância com o que preceitua a Unesco, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis objetivam formar profissionais que estejam capacitados para atender satisfatoriamente as demandas do mercado e contribuir para o crescimento econômico da sociedade.

Para que este objetivo seja alcançado, os cursos de Ciências Contábeis devem fornecer condições para que o futuro contabilista seja capaz de:

- I - compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras, em âmbito nacional e internacional e nos diferentes modelos de organização;
- II - apresentar pleno domínio das responsabilidades funcionais envolvendo apurações, auditorias, perícias, arbitragens, noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, com a plena utilização de inovações tecnológicas;
- III - revelar capacidade crítico-analítica de avaliação, quanto às implicações organizacionais com o advento da tecnologia da informação. (Artigo 3º, da Resolução CNE/CES 10/2004)

As capacidades citadas acima apontam para um perfil profissional que atenda ao mínimo de habilidades e competências exigidos pelas variadas áreas da contabilidade. Assim como, as habilidades e competências são expressas claramente no artigo 4º da Resolução CNE/CES 10/2004, dentre elas destacam-se: visão sistêmica e interdisciplinar da atividade contábil, domínio da terminologia e da linguagem contábil e atuarial, aplicação da legislação inerente às funções contábeis, elaboração adequada de pareceres e relatórios, liderança entre equipes multidisciplinares, capacidade crítico analítica dos sistemas de informação contábil e de controle gerencial, e exercício ético e proficiente das atribuições e prerrogativas legais da função contábil.

Segundo pesquisa publicada no portal da Revista Época Negócios (2018), fundamentada em dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho, aponta que a profissão contábil aparece em 4º lugar entre as quinze profissões com maior número de contratações no início de 2018, totalizando 13.803 contratações.

Este dado aponta para o aumento do número de instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil. Segundo o Censo da Educação Superior (2018), o número de IES que ofertavam o curso de Ciências Contábeis em 2001 era 563 e em 2017 este número aumentou para 1038 instituições.

Por outro lado, segundo dados do Censo da Educação Superior no período de 2009 a 2018, verifica-se o aumento do número de matrículas nos cursos de Ciências Contábeis. (INEP, 2018)

Tabela 01 – Número de matrículas no curso Ciências Contábeis

ANO	IES PÚBLICAS	IES PRIVADAS	TOTAL
2009	40.600	164.598	205.198
2010	42.049	182.179	224.228
2011	49.986	238.800	288.786
2012	53.472	259.702	313.174
2013	51.857	276.174	328.031
2014	51.028	302.569	353.597
2015	48.018	310.434	358.452
2016	46.768	308.657	355.425
2017	45.389	316.653	362.042
2018	44.792	315.048	359.840

Fonte: INEP, Sinopse Estatística da Educação Superior 2009-2018

Esses dados indicam uma diferença significativa entre o número de alunos de instituições de ensino superior públicas e privadas. Por outro lado, estes dados levam a reflexão se esses profissionais estão recebendo uma educação de qualidade nestas instituições.

Segundo Bugarim (2018, p. 26), uma das causas que trazem prejuízo a qualidade do ensino da Contabilidade no Brasil é a proliferação de IES que ofertam o curso de Ciências Contábeis, inclusive as IES particulares, muitas delas visando, exclusivamente, ao lucro.

Para minimizar o prejuízo na qualidade do ensino da Contabilidade no Brasil ressalta-se que Exame de Suficiência serve de instrumento de medida de qualidade, pois qualquer que seja a formação de contadores advindos de IES pública ou privada devem ser avaliados por exame de conteúdo específico para contadores, regulamentado por normas do Conselho da classe contábil a ser discutido no próximo item detalhadamente.

4. O EXAME DE SUFICIÊNCIA CONTÁBIL

A proposta de constituição de um exame, semelhante ao que já ocorria com os bacharéis de direito, começa aparecer no meio contábil nos anos 90 como pauta discussão, com a proposta de “comprovar se os egressos dos cursos de nível médio e superior estão, plenamente, capazes para o exercício profissional das atividades contábeis.” (LEITE; GUIMARÃES, 2004, p. 45).

Contudo, o Exame de Suficiência Contábil só foi instituído em 28 de junho de 1999 pela Resolução nº 853 do CFC, exigido como requisito para exercício da profissão de Contabilista para técnicos quanto bacharéis. Ele pode ser dividido em duas fases, a primeira de 2000 até 2004 até a sua suspensão, e a segunda a partir de sua regulamentação em 2010.

A suspensão do exame deu-se por medida judicial requerida pelo Ministério Público (LOPES, 2010), o qual considerou que o CFC não possuía respaldo legal para fazer a exigência da aprovação do exame como requisito para atuação profissional.

E a regulamentação ocorreu em 2010 com a Lei Federal 12.249/2010 e a Resolução CFC nº 1.301/2010, a partir da qual o exame se torna obrigatório para o exercício profissional. E em 2011, esta resolução foi revogada pela Resolução CFC nº 1.373/2011. E em 2015, a Resolução nº 1.486/2015 revoga a Resolução CFC nº 1.373/2011 e define que o Exame não será mais realizado para a categoria de Técnico em Contabilidade.

Broietti (2014, p. 02) considera que a obrigatoriedade do exame contribui para uma melhora no quadro do ensino em contabilidade em todo o país, já que condiciona o exercício da profissão à aprovação do candidato. E neste sentido, Broietti (2014, p. 02) afirma que

a obrigatoriedade do exame, sistematicamente melhora a qualidade dos cursos, a atenção das universidades para o programa de graduação, a especialização dos docentes em diferentes áreas e a "exclusão" do mercado de trabalho dos profissionais despreparados.

Portanto, o Exame surge prioritariamente com objetivo de melhorar a qualidade dos profissionais contábeis que ingressam no mercado de trabalho, através de um nível mínimo de conhecimentos necessários ao desempenho de suas atribuições como profissional. Além disso, tem também a finalidade de levar as instituições de

ensino superior a refletir quanto a qualidade do serviço educacional ofertado. Deste modo, o exame de suficiência é este instrumento que possibilita tais objetivos.

E esta proposta fica clara quando do estabelecimento do conceito de exame de suficiência contábil pela primeira Resolução, a nº 853/99, o qual foi mantido pela Resolução CFC nº 1.301/2010 e pelas posteriores, que define o Exame de Suficiência como:

[...] prova de equalização destinada a comprovar a obtenção de conhecimentos médios, consoante os conteúdos programáticos desenvolvidos no Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis e no Curso de Técnico em Contabilidade. (Resolução CFC nº853/99, artigo 2º)

O artigo acima indica esta relação do Exame de Suficiência Contábil com as Diretrizes Curriculares do curso de Ciência Contábeis, pois é nelas que se encontra estes conteúdos que serão exigidos na realização do exame. Deste modo, será através do Exame que poderá se observar se tais conteúdos foram apreendidos pelo estudante durante sua formação na academia.

Koliver (1999, p. 7) em seus escritos corrobora com o descrito acima ao apontar o Exame de Suficiência como:

Um exame de equalização, cujo objetivo é garantir a posse, de parte dos recém-formados em cursos de graduação em Contabilidade – tanto de nível médio como superior -, de conhecimentos gerais e técnicos e de algumas habilidades em nível mínimo, consoante a formação que deveriam possuir, segundo a natureza do curso e de acordo com a legislação do ensino vigente.

Desta forma, a partir do conceito de exame apresentado acima, observa-se que o exame pressupõe avaliar os conhecimentos mínimos do candidato independente da IES, se pública ou privada, devendo o candidato alcançar, no mínimo, 50% das questões possíveis do exame. E isto significa medir a capacidade técnica deste candidato, possibilitando o direito de saber quais são as suas condições técnicas para exercer a profissão. Com isso, oferecer à sociedade trabalhos com mais qualidade, além de evitar o cometimento de infrações (CFC, 2007, p. 13).

E quanto ao papel da IES na apropriação de tais habilidades, Leite e Guimarães (2004, p. 48) afirmam que o Exame de Suficiência deveria servir como estímulo para que elas melhorassem a qualidade dos seus serviços educacionais, de modo que, os futuros contadores optassem pela IES não pelo diploma, mas pela qualidade do ensino ofertado.

E neste mesmo sentido que Madeira, Mendonça e Abreu (2003, p. 105) apontam que o exame de suficiência poderia ser utilizado como ferramenta de avaliação do ensino em contabilidade:

[...] o exame de suficiência deveria servir como instrumento de apoio às instituições de ensino superior no processo de avaliação e acompanhamento dos cursos, pois através das provas é possível verificar os conteúdos exigidos e compara-los com aqueles ministrados nas faculdades. (2003, p. 105)

Portanto, o Exame de suficiência está diretamente ligado com as Diretrizes Curriculares para o Curso de Ciências Contábeis, já que é nela que se estabelece os conteúdos médios para instituições de ensino.

Já para o CFC, o exame serve também como um instrumento de política profissional contábil que associado ao programa de educação continuada objetiva incentivar a melhoria da qualidade de seus profissionais (CFC, 2007, p. 11). Portanto, tais iniciativas buscam ofertar à sociedade profissionais capacitados que desenvolvam uma visão ampla da Contabilidade no mercado, assim como um sinalizador para melhora gradativa no ensino em Contabilidade no Brasil. Desta forma, responsabilidade em formar profissionais com este nível mínimo de conhecimentos e que atendam ao perfil definido pelas Diretrizes é da instituição de ensino, como pressupõe a emissão do diploma.

Para que se alcance o objetivo proposto na conceituação do exame, conforme citado anteriormente, e se atenda às expectativas delineadas pelo CFC, é necessário que se considere áreas específicas de conhecimentos a serem avaliadas no exame. Deste modo, o CFC preocupou-se em definir estas áreas, as quais tiveram alterações de acordo com a necessidade ao longo dos anos.

No quadro a seguir, apresentar-se-á as áreas de conhecimento exigidas na primeira edição do exame em 2000 e as da última edição, em 2019:

Quadro C – Comparativo dos Conteúdos Programáticos definidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Ciências Contábeis e pelas Resoluções do CFC nº 853/1999 e nº 1.486/2015

Diretrizes Curriculares Nacionais	Resolução CFC nº 853/1999	Resolução CFC nº 1.486/2015
I - Conteúdos de Formação Básica: estudos relacionados com outras áreas do conhecimento, sobretudo Administração, Economia, Direito, Métodos Quantitativos, Matemática e Estatística;	Conhecimentos sociais, econômicos e políticos do País.	Conteúdo retirado
	Matemática Financeira	Matemática Financeira
		Estatística (Conteúdo Incluso)
	Noções de Direito Público e Privado	Noções de Direito
	Português	Português
II - Conteúdos de Formação Profissional: estudos específicos atinentes às Teorias da Contabilidade, incluindo as noções das atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais, governamentais e não-governamentais, de auditorias, perícias, arbitragens e controladoria, com suas aplicações peculiares ao setor público e privado;	Auditoria Contábil	Auditoria Contábil
	Contabilidade de Custos	Contabilidade de Custos
	Contabilidade Geral	Contabilidade Geral
	Contabilidade Gerencial	Contabilidade Gerencial
	Contabilidade Pública	Contabilidade Aplicada ao Setor Público
	Legislação e Ética Profissional	Legislação e Ética Profissional
		Controladoria (Conteúdo Incluso)
	Perícia Contábil	Perícia Contábil
	Princípios de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade	Princípios de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade
	Teoria de Contabilidade	Teoria de Contabilidade

Fonte: Resolução CNE/CES 10/2004 e Resolução CFC 853/1999 e 1.486/2015

Ao comparar os conteúdos das duas edições do exame, observa-se algumas modificações, pois foi excluído o conteúdo Conhecimentos sociais, econômicos e políticos do País e incluído os conteúdos de Estatística e Controladoria. Tais modificações se justificam pelo perfil delineado pelo mercado nos últimos anos, o qual exige um contador que também possua domínio do conhecimento sobre controladoria.

A Resolução nº 853/1999 previa que as provas poderiam ser realizadas duas vezes ao ano, e no que tange às questões, que fossem elaboradas para respostas objetivas, possibilitando questões com respostas dissertativas. E para o candidato ser aprovado no exame e obter o registro profissional deveria alcançar, no mínimo, com 50% dos pontos possíveis na prova, como prevê o artigo 5º desta resolução. Tais

definições permaneceram nas resoluções posteriores, inclusive na última resolução a nº 1.486/15.

Desse modo, fica clara a intenção do CFC em permitir o registro àqueles profissionais que adquiriram conhecimentos mínimos em Ciências Contábeis, ou seja, àqueles com potencial de virem a ser bons profissionais contábeis. (NASCIMENTO e SOUZA, 2005, p. 4)

Entretanto, em números estatísticos, este objetivo não tem sido alcançado, já que os resultados do Exame de Suficiência têm apresentado um número elevado de candidatos reprovados ao longo de suas edições.

Foram realizadas na primeira fase (2000 a 2004) dez edições, com cerca de 150 mil candidatos inscritos, dentre os quais 57% dos bacharéis e 41% dos técnicos inscritos obtiveram aprovação, conforme dados do CFC (2018).

Já na segunda fase do exame foram realizadas 17 edições, conforme observado na tabela 02, com 669.072 inscritos, porém as taxas de reprovação foram maiores do que as apresentadas na primeira fase.

Tabela 02- Dados de aprovação e reprovação por edição do Exame

Edição	Inscritos	Presentes	(%) Aprovados	(%) Reprovados
2019.1	41.926	36.150	34,9%	65,1%
2018.2	39.265	34.259	37,5%	62,5%
2018.1	48.679	43.864	30,2%	69,8%
2017.2	44.557	44.557	27,0%	73,0%
2017.1	46.949	46.949	25,3%	74,7%
2016.2	40.879	41.098	21,8%	78,2%
2016.1	41.987	41.987	41,9%	58,1%
2015.2	43.376	38.022	14,7%	85,3%
2015.1	43.616	38.023	54,5%	55,5%
2014.2	37.066	32.568	41,7%	58,3%
2014.1	43.144	38.116	49,4%	51,6%
2013.2	40.477	36.833	43,1%	56,9%
2013.1	37.229	33.708	35,6%	65,4%
2012.2	32.003	29.226	26,0%	74,0%
2012.1	26.316	24.774	47,2%	52,8%
2011.2	19.690	18.675	58,3%	41,7%
2011.1	14.255	13.383	30,9%	69,1%

Fonte. CFC, 2019

Apesar de tais dados, o Exame de Suficiência faz parte da política profissional contábil do CFC que visa averiguar a aquisição dos conhecimentos necessários para o exercício profissional. Contudo, esta política está associada à política macro da educação, desde o estabelecimento de diretrizes para educação superior até ao processo de avaliação das IES.

Assim, os dados acima sinalizam para a qualidade do ensino ofertado pelas IES. E, para que seja acompanhada esta qualidade do ensino o Ministério da Educação (MEC) dispõe de um sistema de avaliação que estabelece indicadores de qualidade a partir de alguns instrumentos avaliativos, que serão abordados no próximo capítulo.

5. INDICADORES DE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E O ENADE

A qualidade da Educação Superior é avaliada pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), órgão ligado ao MEC, criado pela Lei Federal nº 10.861, de 14 de abril de 2004. O Sinaes possui como objetivos:

- a) Melhorar a qualidade da educação superior, orientar a expansão da oferta;
- b) Melhorar mérito e valor das instituições, áreas, cursos e programas nas dimensões de ensino, pesquisa, extensão, gestão e formação;
- c) E promover a responsabilidade social das IES, respeitando a identidade institucional e a autonomia. (INEP, 2016)

O Sinaes é formado por três componentes principais: Avaliação institucional, de cursos de graduação e de estudantes, formando o tripé avaliativo das IES, o que permite conhecer a qualidade dos cursos e instituições de educação superior brasileiras. Os principais aspectos avaliados pelo Sinaes a partir destes três eixos são o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente e as instalações. (INEP, 2019)

Para que sejam alcançados os seus objetivos o Sinaes se utiliza de diversos instrumentos avaliativos, os quais considera os aspectos citados anteriormente, são eles: autoavaliação, avaliação externa, Enade, Avaliação dos cursos de graduação e instrumentos de informação como o censo e o cadastro. E a partir destes instrumentos é possível que sejam estabelecidos conceitos a cada uma das dimensões e ao conjunto das dimensões avaliadas, os quais são ordenados numa escala com cinco níveis (1 a 5).

É através deste tripé avaliativo que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) produz os Indicadores de Qualidade da Educação Superior, tais como: Conceito Institucional (CI), resultante da autoavaliação e da avaliação institucional (externa) das IES para fins de credenciamento e reconhecimento; Conceito Preliminar de Curso (CPC) e o Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC) baseada na avaliação dos cursos de graduação e pós-graduação (comissões in loco) para fins de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento; Conceito do ENADE e o Indicador de Diferença entre os Desempenhos Esperado e Observado (IDD) com base na avaliação de desempenho dos estudantes.

Segundo o INEP (2019), as informações obtidas com o Sinaes destinam-se a diversos públicos: a) a IES com o objetivo de “orientar sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social”; b) aos órgãos governamentais com objetivo de criar políticas públicas e c) aos estudantes, pais de alunos, instituições acadêmicas e público em geral, orientar suas decisões quanto à realidade dos cursos e das instituições.

A avaliação institucional divide-se em duas partes (INEP, 2019): Autoavaliação – Coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada IES, orientada pelas diretrizes e pelo roteiro da autoavaliação institucional da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES); e Avaliação externa- realizada por comissões designadas pelo INEP, que tem como referência os padrões de qualidade para a educação superior expressos nos instrumentos de avaliação e os relatórios das autoavaliações.

A avaliação dos cursos de educação superior estrutura-se a partir de três tipos de avaliação: para autorização, para reconhecimento e para renovação de reconhecimento. A avaliação para autorização é feita por dois avaliadores, sorteados entre os cadastrados no Banco Nacional de Avaliadores, os quais avaliam três dimensões do curso quanto à adequação ao projeto proposto: a organização didático-pedagógica; o corpo docente e técnico-administrativo e as instalações físicas.

A avaliação para reconhecimento é realizada quando a primeira turma do curso novo entra na segunda metade do curso, e é solicitada pela instituição para que haja o seu reconhecimento. Nesta avaliação verifica-se se foi cumprido o projeto apresentado para autorização, considerando as mesmas dimensões da avaliação para autorização.

Já avaliação para reconhecimento, é feita de acordo com o Ciclo do Sinaes, ou seja, a cada três anos. Nesta é calculado o Conceito Preliminar do Curso (CPC) que varia de 1 a 5, e os cursos que tiverem conceito preliminar 1 ou 2 serão avaliados in loco por dois avaliadores ao longo de dois dias. E os cursos que não fazem Enade, terão obrigatoriamente visita in loco para o ato de reconhecimento.

Quanto a avaliação que se refere aos estudantes, o Sinaes utiliza o Enade que é aplicado periodicamente aos alunos de todos os cursos de graduação, ao final do primeiro e do último ano de curso. Esta avaliação é expressa por meio de conceitos, baseada em padrões mínimos estabelecidos por especialistas das diferentes áreas do conhecimento.

E é a partir destas avaliações abordadas anteriormente, que se extrai dados para o cálculo dos Indicadores de Qualidade da Educação Superior. Contudo, para nossa pesquisa considerará o Enade como indicador de qualidade relacionado aos dados do Exame de Suficiência Contábil realizado pelo CFC. A seguir apresentar-se-á de forma mais minuciosa este indicador avaliativo da Educação Superior.

5.1 O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), como dito anteriormente, é um instrumento de avaliação das IES aplicado pelo INEP desde 2004, que afere a qualidade do egresso destas IES.

Este exame tem como objetivo avaliar o “rendimento dos concluintes dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares dos cursos”, assim como o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao aprofundamento da formação geral e profissional, além de considerar o nível de atualização destes estudantes quanto à realidade brasileira e mundial. (INEP, 2019).

A periodicidade de realização do Enade segue um Ciclo Avaliativo trienal que determina as áreas de avaliação e os cursos a elas vinculados que serão avaliados a cada ano. Abaixo segue este ciclo avaliativo, as áreas de avaliação e os cursos vinculados a estas áreas.

Quadro D – Ciclo avaliativo do Enade

Ano	Áreas de conhecimento e eixos tecnológicos
I	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cursos de bacharelado nas áreas de conhecimento de Ciências Agrárias, Ciências da Saúde e áreas afins; ▪ Cursos de bacharelado nas áreas de conhecimento de Engenharias e Arquitetura e Urbanismo; ▪ Cursos Superiores de Tecnologia nas áreas de Ambiente e Saúde, Produção Alimentícia, Recursos Naturais, Militar e Segurança.
II	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cursos de bacharelado nas áreas de conhecimento de Ciências Biológicas; Ciências Exatas e da Terra; Linguística, Letras e Artes e áreas afins; ▪ Cursos de licenciatura nas áreas de conhecimento de Ciências da Saúde; Ciências Humanas; Ciências Biológicas; Ciências Exatas e da Terra; Linguística, Letras e Artes; ▪ Cursos de bacharelado nas áreas de conhecimento de Ciências Humanas e Ciências da Saúde, com cursos avaliados no âmbito das licenciaturas;

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cursos Superiores de Tecnologia nas áreas de Controle e Processos Industriais, Informação e Comunicação, Infraestrutura e Produção Industrial.
III	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cursos de bacharelado nas Áreas de Conhecimento Ciências Sociais Aplicadas e áreas afins; ▪ Cursos de bacharelado nas Áreas de Conhecimento Ciências Humanas e áreas afins que não tenham cursos também avaliados no âmbito das licenciaturas; ▪ Cursos Superiores de Tecnologia nas áreas de Gestão e Negócios, Apoio Escolar, Hospitalidade e Lazer, Produção Cultural e Design.

Fonte: Inep, 2019

Como se observa acima o curso de Ciências Contábeis é avaliado no ano III dentro ciclo avaliativo do Enade, e dentro das áreas de conhecimentos avaliadas neste ano estão os seguintes cursos (Inep, 2019):

a) Cursos de bacharelado: administração; administração pública; ciências contábeis; ciências econômicas; comunicação social – jornalismo; comunicação social - publicidade e propaganda; design; direito; psicologia; relações internacionais; secretariado executivo; serviço social; teologia; e turismo.

b) Cursos Superiores de Tecnologia: em design de interiores; design de moda; design gráfico; gastronomia; gestão comercial; gestão da qualidade; gestão de recursos humanos; gestão financeira; gestão pública; logística; marketing; e processos gerenciais.

Quanto à prova do Enade, ela é composta por 40 questões, entre perguntas discursivas e de múltipla escolha. Essas questões são distribuídas da seguinte forma: 10 de formação geral (peso de 25%) e 30 de formação específica do curso avaliado (peso de 75%).

Além da prova, os estudantes participantes do Enade devem responder a um questionário socioeconômico e um questionário sobre sua impressão em relação a prova. Ressalta-se, que além do questionário pelos alunos há um outro preenchido pelo coordenador do (a) curso/habilitação avaliado, que obtém informações de perfil do coordenador e sua percepção sobre a formação oferecida pelo curso.

No que se refere à inscrição, ela é obrigatória para estudantes ingressantes e concluintes habilitados dos cursos de bacharelado e superiores de tecnologia vinculados às áreas de avaliação em cada edição, conforme apresentado no Quadro D. E somente com a participação deste estudante no exame é que sua situação é tida como regular, a qual será registrada no histórico escolar e, posteriormente, condicionante para emissão do diploma.

E quanto à divulgação dos resultados do exame, os participantes tem suas notas disponíveis para consulta individual e sigilosa. A partir dos dados coletados são elaborados relatórios que subsidiarão os gestores e fornecerão orientações à sociedade, tais como: Relatório do Curso, Relatório da Instituição, Relatórios de Área e Percepção de concluintes e coordenadores sobre a formação. Por fim, depois de calculada a média dos estudantes, é extraído o conceito de cada curso, que varia de 1 a 5.

Assim, por meio da verificação das competências, habilidades e conhecimentos desenvolvidos pelos estudantes, o Enade também contribui para avaliação dos cursos de graduação, pois permite (INEP,2016):

1. Aferição do desempenho dos estudantes no que se refere ao uso, síntese e integração de conhecimentos adquiridos ao longo do curso;
2. Acompanhamento, pelos cursos/IES, das medidas/propostas pedagógicas implementadas;
3. Avaliação comparativa da formação oferecida aos estudantes no âmbito das áreas avaliadas.

Deste modo, o INEP com o Enade pretende ter um indicador de qualidade quanto ao rendimento dos concluintes, verificando se houve a consolidação dos conteúdos trabalhados durante sua formação, assim como da qualidade ensino ofertada nos cursos pelas instituições de ensino superior. Portanto, do mesmo modo que o Exame de Suficiência Contábil, a preocupação consiste em oferecer um profissional com competências e habilidades mínimas necessárias para o exercício de sua função.

6. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa tem como objetivo verificar se há associação entre os resultados do Exame de Suficiência Contábil e do Enade dos cursos superiores em Ciências Contábeis das universidades federais brasileiras.

Para realizar essa investigação, classifica-se esta pesquisa quanto aos objetivos em descritiva-explicativa. Segundo Gil (1999) a pesquisa descritiva tem como finalidade principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis. A pesquisa descritiva busca descrever um fenômeno ou situação em detalhe, o que permite abranger as características de um indivíduo, uma situação, ou um grupo, com exatidão, bem como desvendar a relação entre os eventos. Já a pesquisa explicativa tem como finalidade a identificação dos fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência de um fenômeno (Gil, 2008).

Quanto à abordagem, a pesquisa é classificada como qualitativa. Triviños (1987), considera que a abordagem de cunho qualitativo trabalha os dados buscando seu significado, a partir da percepção do fenômeno dentro do seu contexto.

Quanto à técnica de pesquisa, será empregada a pesquisa documental. Markoni e Lakatos (2007) argumentam que a característica desse tipo de pesquisa é a fonte da coleta de dados está restrita a documentos, constituindo o que se denominam fontes primárias.

Como procedimento metodológico, buscou-se os resultados do Exame de Suficiência Contábil e do Enade, no sítio do CFC (<https://www.cfc.org.br/>) e e-Mec (<http://www.emec.mec.gov.br/emec/nova#>) para coletas dos dados de aprovação e reprovação dos cursos de Ciências Contábeis no exame nos de 2017 e 2018, e os que se referem ao desempenho dos estudantes no Enade 2018.

E quanto a técnica de análise de dados utiliza-se da análise de conteúdo para interpretar e significar os dados, que segundo Bardin (2011) representa um conjunto de técnicas de análise das comunicações que visam a obtenção de indicadores (quantitativos ou não) que permitam inferir conhecimentos relativos às condições de produção e recepção dessas mensagens.

Quanto à amostra, empregou-se o método da amostra intencional por conveniência não probabilística. Para Levine et al (2008) esclarece que a amostragem

não probabilística é a amostragem por conveniência, pois os itens são selecionados com base somente no fato de serem fáceis, não-dispendiosos ou convenientes em termos de amostragens.

A amostra é composta por duas coletas de dados. A primeira compreende o desempenho dos 58 cursos de universidades federais com conceito 2 a 5, entre uma população de 1.116 cursos de Ciências Contábeis que receberam este conceito no Enade 2018. A segunda coleta compreende os resultados do Exame de Suficiência nas edições de 2017.1; 2017,2, 2018.1 e 2018.2, pois somente a partir deste período o CFC apresenta informações de aprovação e reprovação por IES, além de ser o mesmo período de realização do Enade 2018. Para obter a lista destes cursos de Ciências Contábeis, acessou-se o sítio eletrônico do e-Mec (<http://www.emec.mec.gov.br/emec/nova#>) e acessou-se a aba “consulta textual”. Após isso, filtrou-se a pesquisa por Enade, em seguida, buscou-se os conceitos 1 a 5, realizando o procedimento de busca dos cursos em cada conceito. Já quanto aos dados do Exame de Suficiência, acessou-se o sítio eletrônico do CFC (<https://www.cfc.org.br/>), em seguida a aba “Exames” e o link “Exame de Suficiência”. Após isso, acessou-se a aba denominada “Relatórios Estatísticos” para, em seguida, buscar os relatórios das edições 2017.1, 2017.2, 2018.1 e 2018.2. O lócus da pesquisa são os respectivos sítios eletrônicos onde estes dados foram obtidos.

Fez-se o levantamento dos dados Exame de suficiência no período de 2017 a 2018 e do Enade 2018 dos 58 cursos de universidades federais. Nesse sentido, utilizou-se a ferramenta Microsoft Excel 2013 para elaborar tabelas com filtros e gráficos visando identificar os dados a serem analisados.

Para proceder a análise foram elaboradas as tabelas: Tabela 04 – Conceito do Enade 2018 por região, Tabela 05 – Total de aprovados no Exame nas edições 2017.1, 2017.2, 2018.1 e 2018.2, Tabela 06 – Total de aprovados das IFES por exame, Tabela 07 – Percentual de candidatos Presentes, Aprovados e Reprovados das universidades federais em relação aos dados gerais do Exame em 2017 e 2018, Tabela 08 – Aprovação dos cursos de Ciências Contábeis das universidades federais no Exame por Região no período 2017 e 2018, Tabela 09 – Média de aprovação das universidades federais no Exame CFC em 2017 e 2018 por Conceito do Enade e Tabela 10 – Percentual de aprovação dos cursos das universidades federais no Exame por Região e conceito; além dos gráficos: Gráfico 01 – Classificação dos cursos de Ciências Contábeis das universidades federais por conceito, Gráfico 02 –

Distribuição das universidades federais por região e do Gráfico 03 – Percentual de aprovados no Exame por Região no período 2017 e 2018.

Após este procedimento foi feita a classificação dos cursos de Ciências Contábeis das universidades atribuindo conceitos do Enade de 2 a 5, criando as categorias por região, alunos aprovados e reprovados e, em seguida, foi realizada a triangulação dos dados o que caracteriza o método de análise de conteúdos.

Após a aplicação desses procedimentos, serão apresentadas as análises realizadas apresentadas no próximo item.

7. ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados foi realizada em duas etapas de acordo com a coleta de dados. Em seguida as respectivas análises são feitas conciliações dos dados.

7.1. Análise do Conceito do Enade

Como primeira análise apresenta-se o percentual de cursos de Ciências Contábeis de universidades federais de acordo com os conceitos 2 a 5 do Enade. Conforme tabela 03.

Onde se depreende que os 58 cursos de Ciências Contábeis das universidades federais representam 5,20% do total cursos, ver Apêndice A.

Entretanto, ao se analisar os conceitos recebidos pelos cursos de Ciências Contábeis das IES nesta edição do Enade, verifica-se que 27,91% dos cursos com conceito 5 são de universidades federais, ou seja, a cada 4 IES com este conceito 1 (uma) é universidade federal.

No que se refere aos cursos com conceitos 3 e 4, eles são o maior número da amostra, porém só representam cerca 17% do total de cursos ofertados por todas as IES.

Destaca-se que embora, proporcionalmente menor o quantitativo de cursos com conceito 5, apenas 12, representam uma porcentagem maior do total de cursos ofertados por todas as IES. Identifica-se também que apenas 1,02% dos cursos de Ciências Contábeis que receberam conceito 2 são das universidades federais, ou seja, 4 cursos do total de 394 que receberam este conceito.

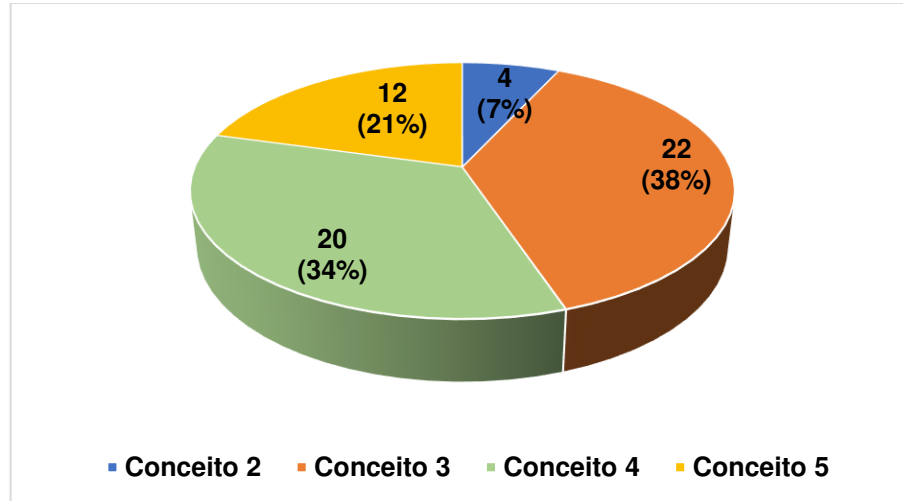
Tabela 03- Total de Cursos de Ciências Contábeis do país

Conceito	IES	Universidades Federais	(%)
5	43	12	27,91%
4	159	20	12,58%
3	520	22	4,23%
2	394	4	1,02%
Total	1.116	58	5,20%

FONTE: O autor (2019)

Como segunda análise, foca-se para análise dos 58 cursos de Ciências Contábeis ofertados por universidades federais, conforme gráfico 01

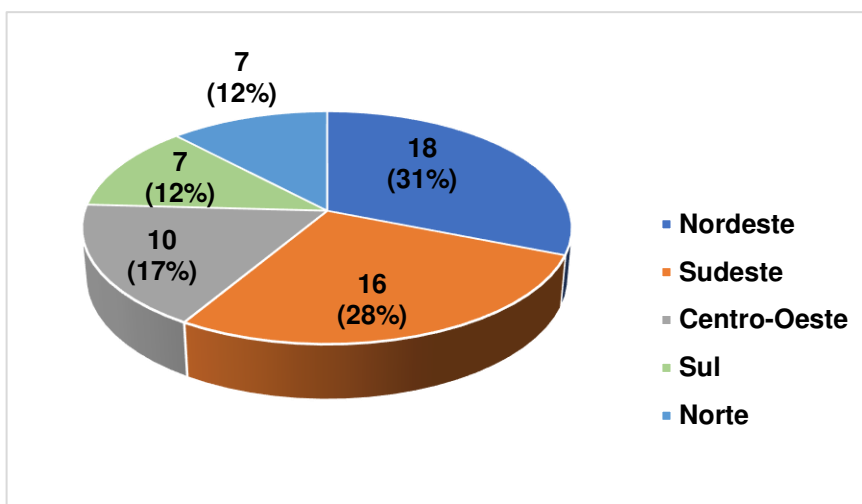
Gráfico 01- Classificação dos cursos de Ciências Contábeis das universidades federais por conceito



FONTE: O autor (2019)

No gráfico 01, verifica-se que 93% equivalente a 54 cursos possuem conceito igual ou superior a 3, conceito mínimo considerado pelo MEC. Considerando prevalecer o conceito 3 na maioria dos cursos isso significa a necessidade da IFE rever alguns aspectos pedagógicos no curso. Visto que o conceito 2 pode levar a suspensão de funcionamento do curso.

A terceira análise realizada refere-se à distribuição dos cursos de ciências contábeis pelos conceitos. Nesta análise que se visualizar a prevalência regional de IFES.

Gráfico 02- Distribuição dos cursos de Ciências Contábeis das universidades federais por região

FONTE: O autor (2019)

No gráfico 02- verifica-se que 31% dos cursos de Ciências Contábeis estão localizadas na região Nordeste, 28% na Sudeste, 17% na Centro-Oeste, 12% na Sul e na 12% região Norte do país.

Tabela 04- Conceito do Enade 2018 por região

Região	Conceito 2	Conceito 3	Conceito 4	Conceito 5	Total
Nordeste	4	6	5	3	18
Sudeste	-	3	9	4	16
Centro-Oeste	-	6	3	1	10
Sul	-	2	1	4	7
Norte	-	5	2	-	7
Total	4	22	20	12	58

FONTE: O autor (2019)

Considerando como análise o conceito 4 verifica-se que as Regiões Sul e Sudeste concentram 50% dos cursos e quanto ao conceito 5, 66% dos cursos.

Verifica-se que região a Sudeste, possui 81% de seus cursos de Ciências Contábeis com conceitos 4 ou 5, seguida das regiões respectivamente, 71% no Sul, 44% no Nordeste, 40% no Centro-Oeste e 29% no Norte.

Observa-se que apesar da região Nordeste concentrar o maior número de cursos de contábeis, possui um número menor de cursos com conceito 4 e 5 e comparada com a região Sudeste, a segunda região com maior quantitativo de cursos.

Destaca-se ainda, que a região Norte foi única que não teve curso de Ciências Contábeis avaliado com conceito 5 e o Nordeste a única região com cursos avaliados com nota 2.

A partir dos explicitados observa-se a disparidade existente entre as regiões do país, quanto ao desempenho dos estudantes no Enade 2018. Embora, o estabelecimento de conteúdos mínimos pelas Diretrizes Curriculares para o curso de Ciências Contábeis, sejam estabelecidos nos projetos pedagógicos, na organização curricular de todas as IES do país, conforme determina a Resolução CNE/CES 10/2004 acredita-se ser necessário uma avaliação por parte da IFES.

7.2. Análise dos resultados do Exame de Suficiência Contábil

Como primeira análise para estes dados foca-se no quantitativo de candidatos participantes no exame.

No exame realizado em 2017 e 2018, houve a participação de 169.629 candidatos, incluindo todas as IES com uma taxa de aprovação de 29,46% durante as 4 edições deste período (2017.1, 2017.2, 2018.1 e 2018.2), conforme tabela 05:

Tabela 05 – Total Geral de aprovados no Exame nas edições 2017.1, 2017.2, 2018.1 e 2018.2

Edição	Nº de Presente	Nº de Aprovados	Nº de Reprovados	% Aprovados
2017.1	46.949	11.860	35.089	25,26%
2017.2	44.557	12.041	32.516	27,02%
2018.1	43.864	13.231	30.633	30,16%
2018.2	34.259	12.845	21.414	37,49%
Total	169.629	49.977	119.652	29,46%

FONTE: O autor (2019)

Tabela 06 - Total de aprovados das IFES por exame

Edição	Nº de Presente	Nº de Aprovados	Nº de Reprovados	% Aprovados
2017.1	1.958	1.178	780	60,16%
2017.2	2.137	1.374	763	64,30%
2018.1	1.924	1.218	706	63,31%
2018.2	1.484	1.054	430	71,02%
Total	7.503	4.824	2.679	64,29%

FONTE: O autor (2019)

Analisa-se a partir dos gráficos 05 e 06 que os cursos de Ciências Contábeis das 58 universidades federais pesquisadas obtiveram resultados mais satisfatórios do que a média geral, pois 64,29% dos 7.503 candidatos que fizeram o exame obtiveram aprovação durante este período, ou seja, 4.824 candidatos, enquanto 29,46% candidatos foram aprovados do total de participante no exame.

Verifica-se também que os cursos de Ciências Contábeis das universidades federais, nas edições consideradas, aprovaram mais de 60% dos seus candidatos, ou seja, significa que uma média de 1.000 candidatos estão aptos para o registro no CRC e posterior, exercício profissional como contador.

Tabela 07 – Percentual de candidatos Presentes, Aprovados e Reprovados das universidades federais em relação aos dados gerais do Exame em 2017 e 2018

Ano	(%) Presentes	(%) Aprovados	(%) Reprovados
2017.1	4,17%	9,93%	2,22%
2017.2	4,80%	11,41%	2,35%
2018.1	4,39%	9,21%	2,30%
2018.2	4,33%	8,21%	2,01%
Total	4,42%	9,65%	2,24%

FONTE: O autor (2019)

Analisando o total de aprovados no Exame de todas as IES, constata-se que cerca de 10% destes é formado nos cursos de Ciências Contábeis das universidades Federais, mesmo que o total de candidatos participantes destas universidades em cada edição represente menos de 5% do total geral de participantes (Tabela 07).

Tabela 08 – Aprovação dos cursos das universidades federais no Exame por Região no período 2017 e 2018

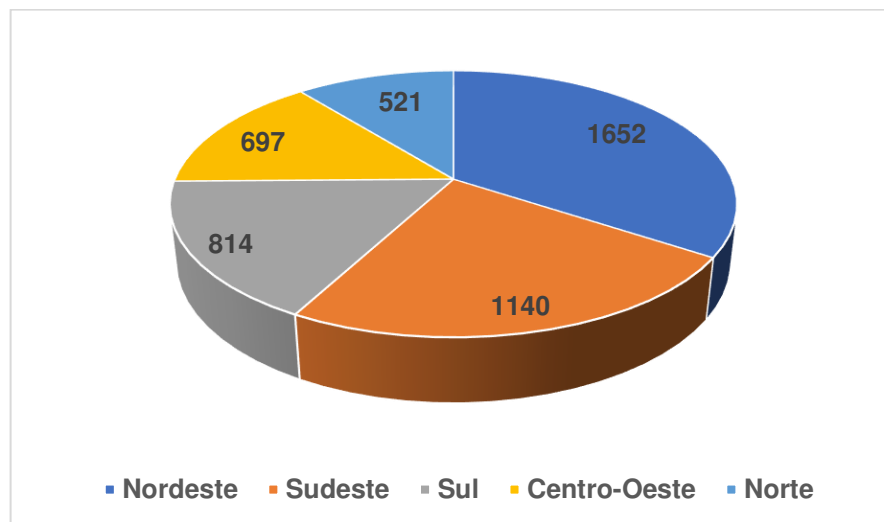
Região	Nº de Presente	Nº de Aprovados	Nº de Reprovados	% Aprovados
Sul	1.064	814	250	76,50%
Sudeste	1.628	1.140	488	70,02%
Centro-Oeste	1.025	697	328	68,00%
Nordeste	2.783	1.652	1.131	59,36%
Norte	1.003	521	482	51,94%
Total	7.503	4.824	2.679	64,29%

FONTE: O autor (2019)

Ao analisar a região em que as universidades federais estão localizadas, conforme a tabela 08, tem-se a região Sul como a que possui maior taxa de aprovação entre as demais regiões com 76,50% de aprovação, seguida pela região Sudeste com 70,02%, Norte 68%, Nordeste 59,36% e Centro-Oeste com 51,94%.

Estes dados revelam que a região Nordeste, mesmo sendo a que possui o maior número cursos de Ciências Contábeis de universidades federais e a 2ª região com o maior número de cursos com conceitos 4 e 5, conforme tabela 06, é dela a penúltima colocação no que se refere a taxa de aprovação.

Gráfico 03 – Número de aprovados no Exame por Região no período 2017 e 2018



FONTE: O autor (2019)

Mas, tratando-se de números absolutos a região Nordeste é a com maior número de candidatos aprovados no exame neste período, seguida por Sudeste, Sul, Centro-Oeste e Norte, como mostrado no gráfico 03.

Diante disso, é possível inferir que a região Nordeste possui o maior número de candidatos aprovados no exame se comparada com as demais regiões, contudo, proporcionalmente, é uma das regiões que possui menor taxa de aprovação.

E, ao se considerar apenas os dados de desempenho dos cursos de Ciências Contábeis e os conceitos obtidos por estes no Enade 2018, observa-se que existe uma relação diretamente proporcional entre estes dados, pois as universidades federais com conceito 5 são as que possuem maior média de aprovação, ou seja, 79,17% e as com conceito 2 a menor média de aprovação com 37,57%, conforme a tabela abaixo:

Tabela 09 – Média de aprovação das universidades federais no Exame CFC em 2017 e 2018 por Conceito do Enade

Conceito	Nº de Presente	Nº de Aprovados	Nº de Reprovados	% Aprovados
Conceito 5	1.522	1.205	317	79,17%
Conceito 4	3.157	1.993	1.164	63,18%
Conceito 3	2.494	1.502	992	60,22%
Conceito 2	330	124	206	37,57%
Total	7.503	4.824	2.679	64,29%

FONTE: O autor (2019)

Tabela 10 – Percentual de aprovação dos cursos das universidades federais no Exame por Região e conceito

Região	Conceito 2	Conceito 3	Conceito 4	Conceito 5	Total
Sul	0,00%	74,50%	71,12%	81,99%	76,50%
Sudeste	0,00%	65,77%	66,67%	85,16%	70,02%
Centro-Oeste	0,00%	54,59%	64,33%	86,97%	68,00%
Nordeste	37,58%	60,95%	61,64%	66,59%	59,36%
Norte	0,00%	52,87%	50,51%	0,00%	51,94%
Total	37,58%	60,22%	63,13%	79,17%	64,29%

FONTE: O autor (2019)

Os dados da tabela 09 apontam que os cursos de Ciências Contábeis das universidades federais com o conceito 5 são aqueles com maior percentual de aprovação, entretanto, em números absolutos, são os cursos com conceito 3 e 4 que possuem o maior número de candidatos aprovados. A tabela 10 apresenta que as regiões Sul e Sudeste possuem os maiores percentuais de aprovação em todos os conceitos, com exceção do conceito 2 por não possuírem cursos avaliados com este conceito. No que se refere ao conceito 5, a média de aprovação das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste é superior a 80%, entretanto a região Nordeste possui menor média de aprovação que é de 66,59% e a Norte não possui cursos com este conceito.

7.3. Resultados

Feitas as análises, observa-se a partir dos dados apresentados que o desempenho dos cursos de Ciências Contábeis das universidades federais no Exame

de Suficiência no período considerado, está relacionado diretamente com o desempenho de tais instituições federais no Enade 2018.

Retomando a compreensão de Madeira, Mendonça e Abreu (2003, p. 105), na qual indica o exame de suficiência como ferramenta de avaliação do ensino em contabilidade. Deste modo, a universidades federais devam considerar estes resultados como avaliação e acompanhamento dos cursos, principalmente no se trata aos conteúdos exigidos, comparando-os com os ministrados em seus cursos, conforme apresenta o CFC na definição do exame.

[...] prova de equalização destinada a comprovar a obtenção de conhecimentos médios, consoante os conteúdos programáticos desenvolvidos no Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis e no Curso de Técnico em Contabilidade. (Resolução CFC nº853/99, artigo 2º)

Assim, com os resultados foi possível verificar que tanto o Exame de Suficiência Contábil quanto Enade relacionam-se entre si, apresentando resultados que explicitam o atendimento da Diretrizes Curriculares, no que se refere a formação e de perfil profissional do contador.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho cumpriu seus objetivos ao verificar a associação do índice de aprovação no exame de suficiência contábil com o conceito do Enade dos cursos de Ciências Contábeis das universidades federais. Para isso, considerou-se os 58 cursos de universidades federais do Brasil que possuem conceito de 2 a 5 no Enade.

O desdobramento do trabalho permitiu responder o problema da pesquisa ao expor que há aspectos que se estabelecem entre os resultados apresentados pelo ENADE e os resultados do exame de suficiência.

O trabalho apresentou a evolução dos cursos de Ciências Contábeis no Brasil, destacando a criação dos primeiros cursos de Ciências Contábeis, a regulamentação da profissão de contábil, assim a Criação do Conselho Federal de Contabilidade e do Conselhos Regionais pelo Decreto Nº 20.158/31.

Apresentou-se ainda a criação da Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis. Essas Diretrizes apresentam os principais conteúdos a serem abordados nestes cursos, assim como apresenta, em linhas gerais, o perfil profissional esperado para o formando, em se tratando de competências e habilidades mínimas para exercer a função de contador.

Ademais, evidenciou-se o Exame de Suficiência como política de formação do CFC, apresentando os principais conteúdos avaliados no Exame de Suficiência. Em seguida, comparou-se os conteúdos apresentados nas diretrizes curriculares com considerados pelo exame.

O estudo evidenciou o Enade como instrumento avaliativo dos cursos, que deva ser considerado pelas IES como objeto de reflexão de sua prática educativa. A partir é possível o estabelecimento de estratégia que contribuam para melhoria da formação docente.

O estudo trouxe contribuições por permitir verificar aspectos relacionados entre os resultados do Exame de Suficiência e o Enade, a partir da análise científica de seus resultados. Dessa maneira, foi possível entender as demandas destes exames para os cursos de Ciências Contábeis do Brasil.

Entende-se que a pesquisa não se encerra aqui, visto que há outras possibilidades de abordagens a serem trabalhadas de modo que, para um trabalho futuro, sugere-se que essa pesquisa seja ampliada através da análise dos resultados

dos cursos de Ciências Contábeis do Brasil, tanto de instituições públicas quanto privadas. Ressalta-se também, que a pesquisa pode apresentar limitações teóricas e metodológicas, ou a identificação outras possibilidades de análise do objeto, os quais podem ser melhorados ou retificados.

REFERÊNCIAS

BACCI, João. **Estudo Exploratório sobre o Desenvolvimento Contábil Brasileiro – Uma Contribuição ao Registro de sua Evolução Histórica**. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade Estratégica), UniFECAP, São Paulo, 2002

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Decreto-Lei Nº 7.988**, De 22 de Setembro de 1945, que dispõe sobre o ensino superior de ciências econômicas e de ciências contábeis e atuariais. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7988-22-setembro-1945-417334-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em: 18 de outubro de 2019

_____. **Decreto-Lei Nº 9.295**, de 27 de maio de 1946, cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Guarda-livros, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del9295.htm. Acessado em: 20 de novembro de 2019

_____. **Resolução CNE/CES 10**, de 16 de Dezembro de 2004. Estabelece as diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_04.pdf; Acessado em: 05 de maio de 2019.

BROIETTI, C. **Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade: Observação das Publicações Relacionadas ao Tema**. In: CONGRESSO UFSC DE CONTROLADORIA E FINANÇAS & INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 5, 2014, Apucarana. Anais..., 2014. p. 01 - 16. Disponível em: <http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso/anais/5CCF/20140425083139.pdf>. Acessado em: 26 de novembro de 2019

BUGARIM, Maria Clara Cavalcante... [et al.]. **Exame de suficiência: um requisito para a qualificação profissional**. – Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2018. Disponível em: https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2018/10/livro_exame_de_suficiencia_28set_final.pdf. Acessado em: 02 de novembro de 2019

CARNEIRO. Juarez Domingues (Coordenador) [et al.]. **Matriz Curricular para Cursos de Ciências Contábeis**. -Brasília: Fundação Brasileira de Contabilidade, 2017.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Caderno Analítico do Exame de Suficiência Histórico dos Resultados**. -- Brasília: CFC, 2007. Disponível em: http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/cad_em_suf.pdf. Acessado em: 20 de outubro de 2019

_____. **Profissionais Ativos nos Conselhos Regionais de Contabilidade agrupados por Categoria**. Disponível em: <http://www3.cfc.org.br/spw/crcs/ConsultaPorRegiao.aspx?Tipo=1>; acessado em: 05 maio de 2019

_____. **Quantos somos?** Disponível em: <http://www3.cfc.org.br/spw/crcs/ConsultaPorRegiao.aspx?Tipo=1> , Acessado em: 05 de maio de 2019.

_____. **Resolução 853 CFC**, de 28-7-99. Disponível em: http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_853.pdf. Acessado em: 20 de outubro de 2019

_____. **Resultado final por exame, 2019**. Disponível em: <https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Resultadofinalporexame.pdf>. >. Acessado em: 30/06/2019.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1982.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

INEP. **Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade)**. Disponível: <http://portal.inep.gov.br/enade>. Acessado em: 02 de novembro de 2019

_____. **Censo da Educação Superior**: Divulgação dos principais resultados. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/setembro-2018-pdf/97041-apresentac-a-o-censo-superior-u-ltimo/file>. Acessado em: 05 de maio de 2019.

_____. **Seminários Enade: O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes)**. Brasília-DF, 2016. Disponível: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/seminarios/2016/o_sinaes_e_o_enade_2016.pdf. Acessado em: 04 de novembro de 2019

_____. **Sinopse Estatística da Educação Superior**, 2018. Disponível: <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acessado em: 10 de outubro de 2019

_____. **Sinopse Estatísticas da Educação Superior 2017**. Brasília: INEP, 2018. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acessado em: 29/06/2019.

KOLIVER, Olivio. **O Exame de Suficiência e as prerrogativas profissionais**. Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, n.98, p. 6-13, 1999.

LEITE, C. E. B.; GUIMARÃES, G. **Qualidade nos cursos de Ciências Contábeis**. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/249>. Acessado em: 26 de novembro de 2019

LEVINE, David M., STEPHAN, David F., KREHBIEL, Timothy C., BERENSON, Mark L. **Estatística – Teoria e Aplicações**. 5ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

LOPES, Eliane Marta Teixeira (org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2000. 2ª Edição.

MADEIRA, G. J.; MENDONÇA, K. F. C.; ABREU, S. M. **A disciplina teoria da contabilidade nos exames de suficiência e provão**. Contabilidade Vista & Revista, Belo Horizonte, p.103-122, 2003. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/235>. Acessado em: 26 de novembro de 2019

MARION, J. C.; ROBLES JUNIOR, A. **A Busca da Qualidade no Ensino Superior no Brasil**. Revista CRC/PR, n. 121, Julho, Curitiba-PR, 1998.

NASCIMENTO, Claudinei de Lima. SOUZA, Marcos Antônio de. **Os indicadores sobre a qualidade dos cursos de Ciências Contábeis: um estudo acerca dos resultados do ENC e do Exame de Suficiência**. IX Congresso Internacional de Custos - Florianópolis, SC, Brasil, 2005. Disponível em:

<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/1907/1907>. Acessado em: 20 de outubro de 2019

IBGE. **Número de empresas e outras organizações (Unidades)**, 2006 – 2016. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/servicos/9016-estatisticas-do-cadastro-central-de-empresas.html?edicao=21559&t=series-historicas>

REVISTA ÉPOCA NEGÓCIOS. **Profissões com maior número de contratações no início de 2018**. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Carreira/noticia/2018/07/15-profissoes-com-maior-numero-de-contratacoes-no-inicio-de-2018.html>; Acessado em: 05 de maio de 2019.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade geral fácil**. – 9. ed. - São Paulo: Saraiva, 2013.

RICHARDSON, Roberto Jarry. Colaboradores José Augusto de Souza Peres ... (et al.). **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3ª. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

Luiz Roberto, PINTO. Neuza Bertoni. **Os primeiros cursos superiores de ciências contábeis no Brasil** in Revista Intersaberes | vol.9, n. especial, p.499-515| jul.- dez. 2014,1809-7286. Disponível em: <<https://www.uninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/download/844/471> >. Acessado em: 18 de outubro de 2019

SCHMIDT, Paulo. **História do pensamento contábil**. Porto Alegre: Bookman, 2000.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNESCO, **Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação**. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-a-Educa%C3%A7%C3%A3o/declaracao-mundial-sobre-educacao-superior-no-seculo-xxi-visao-e-acao.html>. Acessado em: 28 de outubro de 2019

APÊNICE

APÊNCE A – Relação das universidades federais com cursos de Ciências

Contábeis

	Instituição	Região	UF	Cidade	Conceito no Enade	Número de aprovados no Exame nos anos 2017 e 2018
1	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ	Sul	PR	PATO BRANCO	5	44
2	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	Sul	MG	VIÇOSA	5	56
3	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	Sul	RS	SANTA MARIA	5	84
4	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	Sul	RS	PORTO ALEGRE	5	171
5	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	Sudeste	SP	OSASCO	5	55
6	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	Sudeste	MG	BELO HORIZONTE	5	115
7	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	Sudeste	MG	JUIZ DE FORA	5	81
8	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	Sudeste	MG	GOVERNADOR VALADARES	5	13
9	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ	Nordeste	PI	TERESINA	5	79
10	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO	Nordeste	RN	MOSSORO	5	71
11	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	Nordeste	BA	SALVADOR	5	149
12	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	Centro-Oeste	DF	BRASILIA	5	287
13	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	Sul	SC	FLORIANOPOLIS	4	234
14	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	Sudeste	MG	ITUIUTABA	4	7
15	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI	Sudeste	MG	SAO JOAO DEL REI	4	47
16	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	Sudeste	RJ	SEROPEDICA	4	33
17	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	Sudeste	RJ	RIO DE JANEIRO	4	229
18	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	Sudeste	RJ	NITEROI	4	158
19	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	Sudeste	RJ	MACAE	4	25
20	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	Sudeste	RJ	VOLTA REDONDA	4	43
21	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	Sudeste	ES	VITORIA	4	124
22	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	Sudeste	ES	VITORIA	4	14
23	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA	Norte	RO	PORTO VELHO	4	24
24	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	Norte	PA	BELEM	4	175

25	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	Nordeste	RN	NATAL	4	178
26	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	Nordeste	PB	JOAO PESSOA	4	213
27	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO	Nordeste	MA	IMPERATRIZ	4	19
28	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	Nordeste	CE	FORTALEZA	4	161
29	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	Nordeste	AL	MACEIO	4	107
30	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	Centro-Oeste	MT	CUIABA	4	89
31	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	Centro-Oeste	MS	TRES LAGOAS	4	19
32	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	Centro-Oeste	GO	GOIANIA	4	94
33	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	Sul	PR	CURITIBA	3	172
34	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	Sul	RS	RIO GRANDE	3	53
35	UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI	Sudeste	MG	TEOFILO OTONI	3	32
36	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	Sudeste	MG	RIO PARANAIBA	3	18
37	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	Sudeste	MG	UBERLANDIA	3	146
38	UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	Norte	PA	RONDON DO PARA	3	19
39	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	Norte	RR	BOA VISTA	3	99
40	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA	Norte	PA	CAPANEMA	3	36
41	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA	Norte	PA	TOME-ACU	3	42
42	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS	Norte	AM	MANAUS	3	126
43	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	Nordeste	SE	SAO CRISTOVAO	3	98
44	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	Nordeste	SE	ITABAIANA	3	26
45	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	Nordeste	RN	CAICO	3	35
46	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ	Nordeste	PI	PARNAIBA	3	83
47	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	Nordeste	PE	RECIFE	3	251
48	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO	Nordeste	MA	SAO LUIS	3	58
49	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA	Centro-Oeste	RO	CACOAL	3	51
50	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA	Centro-Oeste	RO	VILHENA	3	36
51	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	Centro-Oeste	MT	RONDONOPOLIS	3	27
52	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	Centro-Oeste	MS	CORUMBA	3	5
53	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	Centro-Oeste	MS	CAMPO GRANDE	3	58

54	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS	Centro-Oeste	MS	DOURADOS	3	31
55	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	Nordeste	TO	PALMAS	2	62
56	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	Nordeste	PB	MAMANGUAPE	2	19
57	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	Nordeste	PB	SOUSA	2	29
58	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	Nordeste	AL	SANTANA DO IPANEMA	2	14